

# MODALIDADES LINGUÍSTICAS EM TEXTOS PROCESSUAIS

ROSALICE PINTO

(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa –  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

JANETE BESSA NEVES

(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa)

*ABSTRACT: A number of recent works that establishes relationships between language aspects and action has shown the importance of the studies of procedural texts/discourses in the Language Science. Therefore, the main goal of this paper is to study how the deontic modalizations in procedural texts can be influenced by the social activity and generic aspects. In order to achieve this, the study has adopted mainly the theoretical and methodological framework of the social-discursive interactionism (ISD) and was based on the analysis of two documents: one ethic code of the employees from an airline and a “letter” that is distributed to the volunteers in a non-governmental Portuguese institution.*

*KEYWORDS: procedural texts/discourses; deontic modalization; social-discursive interactionism (ISD); textual genres.*

## 1. Introdução

Os textos/discursos processuais correspondem a textos/discursos que têm como função principal aconselhar (dizer como fazer), comandar, ordenar, prescrever (dizer para fazer) (Adam, 2001: 26) ou, ainda, levar à acção ou transmitir a certo leitor algum número de formas estandardizadas que visam a facilitar, a tornar possível e até a levá-los ao cumprimento de alguma tarefa (Filliettaz, 2004: 147).

Devido ao seu carácter transdisciplinar e multifacetado, podendo vir a ser estudados sob pontos de vista diversos, seguindo abordagens teóricas distintas, são várias as “etiquetas” a eles relacionados. Assim, os textos *processuais* podem vir a ser *instrucionais*, *prescritivos*, dentre outros, de acordo, de certa forma, com a diversidade de *géneros textuais* que podem mediatizar o(s) processo(s). Em função disso, esses textos podem vir a apresentar distin-

*Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2010, pp. 293-306

tas descrições quer de elementos micro-linguísticos quer de aspectos organizacionais (Adam, 2001).

A partir desse contexto, esta contribuição tem como objectivo estudar *textos processuais*, associados a actividades sociais distintas<sup>1</sup>. Estes correspondem aqui a *documentos institucionais destinados a estabilizar e a estandardizar por escrito práticas organizacionais* (Penne, 2001 *apud* Fillietaz 2009: 93). O nosso intuito será de fazer uma análise da *expressão das modalidades* (de valor deóntico) em documentos produzidos em duas instituições portuguesas: um *código de ética* de uma empresa de transportes aéreos portuguesa e uma *carta* de uma instituição de benemerência que actua em Portugal no combate à fome<sup>2</sup>.

No intuito de atingir esse objectivo, recorreremos a aspectos do quadro teórico-epistemológico do Interaccionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1999 e 2008) com contribuições relevantes da Teoria Formal Enunciativa<sup>3</sup>, de Antoine Culioli, e de aspectos salientados por Lopes (1972), Campos (2004) e Neves (2006), relativos ao estudo das modalidades linguísticas. Ainda, utilizaremos a proposta de análise de textos processuais sugerida por Fillietaz (2004, 2005, 2009).

## 2. O Interaccionismo sociodiscursivo (ISD) – uma abordagem descendente

De acordo com a perspectiva teórica por nós adoptada, existem *instâncias supraordenadas* (a(s) actividade(s)/acção(ões)/géneros) que podem vir a condicionar em graus diferenciados algumas *instâncias infra-ordenadas*. Dentre essas últimas, podemos citar aspectos da infra-estrutura textual como os *tipos de discurso*<sup>4</sup> ou ainda *mecanismos de responsabilidade enunciativa*.

<sup>1</sup> Segundo aponta Fillietaz, seria a importância crescente no campo da análise do discurso à inter-relação entre questões da linguagem e da acção, que faz com que o estudo desses textos seja de grande interesse nas Ciências da Linguagem. Podem ser citados trabalhos desenvolvidos pelos grupos LAF da Universidade de Genebra e ALTER da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Como exemplo temos os artigos de Fillietaz (2004, 2009), Bronckart & Machado (2004 e 2005), Bulea (2007).

<sup>2</sup> Estes dois textos integram um conjunto de textos que vem sendo analisado num projecto mais amplo que visa a estudar *o agir empreendedor e sua configuração textual* em instituições portuguesas. Tal projecto filia-se ao grupo PRETEXTO (*Praxis, Teoria e Conhecimento*) do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e é financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

<sup>3</sup> Vale ressaltar aqui que as investigadoras responsáveis por este trabalho integram grupos de investigação distintos dentro do grupo *Gramática e Texto*: Rosalice Pinto faz parte do PRETEXTO e Janete Bessa Neves, do ENUNTIO. A complementariedade de perspectivas teóricas, a nosso ver, enriqueceu esta contribuição.

<sup>4</sup> Para Bronckart, os *tipos de discurso* fazem parte da *organização discursiva da infra-estrutura textual* e apresentam propriedades linguísticas características. Há quatro tipos de discurso: o *teórico*, o *interactivo*, o *relato interactivo* e a *narração*. Segundo o autor, os *tipos de discurso* escapam das coerções estabelecidas pelas actividades sociais e pelos géneros. Para detalhes sobre a questão ver: Bronckart (2008: 89).

Os primeiros são identificáveis a partir de aspectos linguístico-textuais que os semiotizam. Os demais são relativos às vozes colocadas em cena por uma fonte enunciativa e, ainda, às avaliações várias dessas mesmas vozes, que podem ser de teor mais subjectivo, objectivo ou social. De acordo com essa abordagem descendente, a escolha das expressões com valor modal perpetrada pelo agente produtor, bem como de outros mecanismos enunciativos, quando da produção de determinado texto, é condicionada por questões sociais/genéricas (sociogenéricas)<sup>5</sup>.

Ademais, os *textos* correspondem a *unidades comunicativas globais*, sendo representantes empíricos das *actividades sociais* em que estão presentes. Dessa forma, pode-se mencionar que a organização interna dos textos em seus diferentes níveis (*infraestrutura textual, mecanismos de responsabilidade enunciativa e mecanismos de textualização*) depende, em graus variáveis, das características da actividade em que esses textos vinculam-se. Por isso, salienta-se o fato de o ISD vir a privilegiar uma *metodologia descendente* de análise dos textos.

Ainda, deve-se ressaltar, nesta perspectiva, a relevância dos *gêneros de textos*. Esses estabelecem uma intermediação entre as actividades e os textos empíricos. Correspondem, assim, a modelos de textos disponíveis na memória a longo termo (*arquitexto*). Quando da produção/interpretação de determinado texto, numa *ação de linguagem* sócio-historicamente situada, um agente *adopta* formatos de textos já conhecidos e os *adapta* em função de contextos diversos. Com isso, podemos afirmar que é o conhecimento de certos modelos de gêneros textuais que propicia ao agente certa *economia cognitiva*. Feita esta breve introdução sobre aspectos gerais da perspectiva teórica adoptada, definiremos o que se considerará, neste trabalho, *textos processuais*, a partir dos estudos teóricos perpetrados fundamentalmente por Filliettaz (2002, 2004, 2005 e 2009) sobre esta “família de textos” que engloba *gêneros textuais* diversos.

### 3. Textos processuais: definição

É sabido que o estudo dos textos processuais complexificou-se ao longo dos anos, nos estudos linguísticos. Adam (1987) restringia o seu estudo ao nível das sequências e considerava que estas se baseavam, estritamente, no agenciamento de proposições de cunho injuntivo. Já em publicação posterior, a de 2001, Adam salienta a existência de um grupo considerável de textos com planos textuais bem precisos, coibidos pelo género textual em que se inserem e que toleram, apenas, certas margens de variação. Houve, assim, por parte desse teórico, uma *mudança de foco*, passando do nível proposicional ao nível praxiológico, como afirma Filliettaz (2009: 97).

---

<sup>5</sup> Considerando a influência de questões genéricas na materialização da modalidade/modalização, ver: Pinto (2006: 201-218).

E, seguindo essencialmente a última perspectiva por nós mencionada, consideramos que os *textos processuais* correspondem a uma “família de textos” que têm em comum, do ponto de vista da interação, uma mesma finalidade pragmática. Ou seja, visam a aconselhar (dizer como fazer), dar ordens, prescrever (dizer para fazer).

Tais textos com teor mais ou menos injuntivo visam a levar alguém a fazer alguma coisa a partir da credibilidade das informações fornecidas, incitando-o de forma mais ou menos variável a ter uma certa atitude ou a perfarer determinado acto. Ainda, é importante salientar a existência de um contrato implícito entre os interactantes de forma que, se estes últimos seguirem as instruções fornecidas e respeitarem as etapas do processo, eles atingirão o objectivo a que se propõem.

Dessa forma, essa família de textos mantém uma relação muito estreita com a *problemática da acção*, sendo que a similitude entre estes textos advém do facto de representarem textualmente uma transformação de um *estado inicial a um outro estado* a partir de uma sequência de acções, como menciona Adam:

Une représentation discursive (plus ou moins complexe), d’une transformation d’un état de départ opérée, sur injonction, recommandation ou conseil d’un scripteur, par le lecteur-destinataire sur un objet du monde ou sur lui-même. Cette transformation, qui doit mener à un nouvel état, ne peut s’accomplir qu’au moyen d’une suite plus ou moins longue d’actions programmées.

Adam (2001: 12) – destaque nosso

Esses textos, veiculados a atividades sociais diversas, são também mediatizados por vários géneros textuais que lhes conferem relativa estabilidade. Adam (2001), inclusive, pontua a existência de algumas características microlinguísticas que lhes são peculiares, como, por exemplo, o recurso a um léxico especializado, a frequência de predicados accionais, o uso de um regime verbo-temporal particular (imperativo, infinito, presente do indicativo, futuro simples), a presença de nominalizações, a frequência de advérbios temporais (inicialmente, em seguida, enfim etc.), a raridade de conectores argumentativos ou, ainda, o apagamento das instâncias enunciativas.

Do ponto de vista da organização textual (principalmente no que tange aos manuais de instrução), Adam pontua a relevância de aspectos, em particular, de questões de ordem tipográfica, intervindo na organização textual.

De forma a conduzir o estudo dos textos processuais (que, de forma hiperonímica, engloba textos injuntivos, prescritivos, e outros) a que nos propomos, convém salientar os *três níveis de análise*, propostos por Filliettaz (2004, 2009) para esta família de textos.

Num primeiro nível, segundo esse autor, estes textos são produzidos em contextos sócio-históricos particulares, funcionando como acções finalizadas instauradas em práticas sociais determinadas. Sendo mediatizadas por géne-

ros textuais diversos (modo de utilização, manual de instrução, código de ética). Enfim, são espécies de *discursos antecipatórios*<sup>6</sup> que são utilizados por actantes para transmitir aos coactantes informações que supostamente podem contribuir para a ‘feliz’ realização de futuras acções. Este nível de carácter situacional é denominado pelo autor de *prefiguração da acção*.

Num segundo nível, enquanto produção discursiva, estes textos mobilizam recursos linguísticos mais ou menos estáveis, como mencionamos anteriormente. Pode-se considerar, como afirma Adam (2001), que o objectivo pragmático destes textos é do tipo directivo, tomando a forma de modalidades ilocutórias diversas, de ordem incitativa (aconselhar, recomendar sugerir) ou mais incisivas (prescrever, comandar, ordenar). Na verdade, é criado um dispositivo enunciativo de forma a marcar, no mundo textual/discursivo, a relação de prefiguração atestada no plano praxiológico. Este nível é denominado pelo autor de *prescrição da acção*.

Num terceiro nível, os textos processuais correspondem a formas particulares de colocação de conteúdos proposicionais, a partir dos quais um processo com carácter accional é decomposto em operações que permitem uma transformação de um estado inicial a um estado final. Este nível é denominado pelo autor de *procedimento da acção*.

Vale ressaltar que estes níveis de organização dos textos processuais estão em constante interacção. Ou seja, a finalidade prática relacionada à escolha dos actantes envolvidos em determinada *acção de linguagem prefigurativa* está relacionada ao *regime enunciativo prefigurativo* que eles podem adoptar e também ao *agenciamento processual* dos conteúdos referenciais colocados em cena.

Nesta contribuição, ressaltaremos, sobretudo, os dois primeiros níveis de análise acima apresentados (em constante interacção), uma vez que nos interessamos aqui a descrever algumas modalidades linguísticas (nível micro-linguístico) nos exemplares de texto seleccionados a partir de uma metodologia descendente de análise.

#### 4. A questão teórica da modalidade

A influência da Lógica em relação às categorizações propostas para o estudo da modalidade parece-nos evidente e influenciou os diversos trabalhos que discorreram acerca dessa categoria linguística, ao longo dos séculos. Contudo, não nos compete aqui, neste trabalho, centrado basicamente numa abordagem linguístico-textual de alguns valores modais, em textos processuais, estabelecer todo o percurso do estudo das modalidades<sup>7</sup> pelos

---

<sup>6</sup> Estes correspondem às representações que os indivíduos trazem sobre o futuro e a maneira através das quais as representações podem ter um papel motor ou de freio para a realização de acções futuras (Saint-Georges, 2005: 202).

<sup>7</sup> A abordagem de uma categoria gramatical, como a modalidade, raramente dá origem a grandes consensos, afirmação que é compartilhada por estudiosos do assunto – v. Campos (2004), Lyons (1995). Seleccionamos alguns trabalhos relevantes, mas gostaríamos de

vários teóricos. Interessa-nos principalmente definir e delimitar o enfoque que tal categoria linguística assume no escopo deste trabalho.

Seguindo a perspectiva teórica adoptada, utilizamos o termo genérico *modalização* em vez do termo modalidade – mais específico<sup>8</sup> – para representar a categoria que diz respeito aos diversos julgamentos ou avaliações formuladas por qualquer voz, no universo textual, a respeito de elementos do *dictum*.

E, à semelhança de Bronckart (2008: 84), optámos por considerar três tipos *modalização*<sup>9</sup>: a *lógica*, a *deôntica* e a *apreciativa*.

A primeira corresponde à avaliação de aspectos do conteúdo temático, efectuada seguindo critérios (ou conhecimentos) organizados e elaborados de acordo com as coordenadas do *mundo objectivo*. Tais elementos podem vir a ser apresentados como sendo *certos*, *possíveis*, *prováveis*, *eventuais*, *necessários*, etc.

A segunda diz respeito à avaliação de elementos do conteúdo temático, segundo valores, opiniões e regras do mundo social. Esses aspectos são apresentados como sendo constituintes da obrigação social/e ou de acordo com as normas sociais.

A terceira traz à tona a avaliação de elementos do conteúdo temático seguindo uma visão subjetiva (mundo subjetivo). Existe, assim, uma entidade avaliadora que apresenta seu ponto de vista em relação àquilo que é exposto.

Assumimos, também, que essas modalizações podem vir a ser marcadas por unidades ou estruturas linguísticas com estatutos bem diversos. Por exemplo, as que apresentam *valor deôntico* podem vir a ser marcadas por expressões impessoais, metaverbos, dentre outras categorias linguísticas.

Contudo, essas categorias não foram suficientes para o estudo dos exemplares de texto de que dispúnhamos. Dessa forma, as análises se sustentaram com as contribuições da semântica enunciativa, mais particularmente dos estudos sobre modalidade para o português europeu de Campos (2004).

Vale aqui ainda salientar que, seguindo a perspectiva teórica em que se situa esta contribuição, os *mecanismos de responsabilidade enunciativa*, em que se incluem as modalizações e as diversas vozes, são condicionados pelas actividades sociais e pelos gêneros em que se inserem. Dessa forma, como

---

salientar outros estudos, na linguística contemporânea, segundo perspectivas teóricas distintas que buscam uma taxionomia das modalidades em função das inúmeras formas como são marcadas as asserções. Por exemplo, numa perspectiva mais restricta os de Le Querler (1996), ou numa perspectiva mais ampla os de Vion (2006) ou de Authier-Revuz (1998).

<sup>8</sup> Tradicionalmente, o termo *modalidade* está relacionado à *expressão da atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional do seu enunciado*, como afirma Le Querler (1996: 63), com isso para o objectivo desse nosso trabalho torna-se bem restritivo.

<sup>9</sup> Em publicação de 1999, Bronckart pontuava quatro tipos de *modalização*: a *lógica*, a *deôntica*, a *apreciativa* e a *pragmática*. Contudo, em publicação de 2008, o autor não considera a *modalização pragmática*, uma vez que esta diz respeito apenas a determinado elemento linguístico colocado entre um sujeito e um verbo sem corresponder realmente à atribuição de determinada avaliação ao sujeito da frase, pelo enunciador.

trabalhamos com textos processuais inseridos em atividades sociais distintas, é a perspectiva adoptada pelo ISD que nos pareceu mais adequada. Como afirma Bronckart:

*Les mécanismes de prise en charge paraissent donc être sous la dépendance des activités sociales et du genre pour ce qui concerne leur finalité ou leur orientation, et sous la dépendance d'opérations psycho-cognitives pour ce qui concerne les conditions concrètes de leur mise en oeuvre et leur teneur effective.*

Bronckart (2008: 89) – destaque nosso

## 5. Análise dos textos

### 5.1. Breve contextualização dos textos

O 1.º texto está inserido, essencialmente, na *actividade empresarial* e diz respeito ao Código de Ética de um Grupo de uma Empresa de Aviação Portuguesa<sup>10</sup> a que todas as pessoas que trabalham na empresa, independentemente do vínculo laboral, têm acesso. Dessa forma, é acessível tanto a corpos sociais executivos ou não executivos. Vale ressaltar que essa empresa é pública e é gerida por gestores tanto da iniciativa privada quanto pública. O que importa salientar é que o governo é o principal accionista e cabe a ele definir todas as diretrizes a serem seguidas pela empresa.

O 2.º texto está integrado à *actividade de benemerência* e refere-se a uma carta que define tanto o sentido da acção dos Bancos Alimentares em Portugal quanto a garantia da perenidade da instituição para além do compromisso de cada voluntário com a instituição. Cabe à Direção e ao Presidente de cada Banco Alimentar ser moralmente responsável por respeitar e fazer respeitar a Carta.

### 5.2. Aspectos da prefiguração

Do ponto de vista da *prefiguração*, o primeiro documento provém de uma empresa aérea (autor empírico) e apresenta instâncias autorizadas, que dão legitimidade ao documento. Essas últimas, com estatuto hierárquico definido, são identificadas ao final do documento, com o nome, assinatura e função institucional. Trata-se, assim, de um acto oficial institucional, uma vez que é assinado pelo Conselho de Administração. Esse conselho também representa uma voz não marcada textualmente, mas que será implicitamente responsável pelo cumprimento das regras estabelecidas pelo código.

Nesse caso, a instância enunciativa/o actante (o grupo TAP identificado pelo logotipo e por sua menção na capa a partir de um sintagma preposicional) faz uma espécie de *discurso antecipatório* estabelecendo normas a serem seguidas e respeitadas pelos co-actantes ou actantes beneficiários do

---

<sup>10</sup> Referimo-nos aqui à empresa TAP (Transportes Aéreos Portugal) que atua há mais de 65 anos no mercado da aviação mundial.

acto oficial que textualmente são identificados essencialmente como *colaboradores* do Grupo. Com isso, as instâncias de agentividade são claramente marcadas, quer no paratexto, quer no próprio texto. Vale salientar que a hierarquização institucional dessas instâncias é atenuada com o valor semântico associado à unidade lexical “colaborador” que traduz certa parceria entre os diversos actantes.

Na verdade, a própria “etiqueta” que identifica este texto como “código de ética”, faz-nos associar, de acordo com a *memória arquitectural* que temos, aos códigos que circulam em outras actividades sociais, como a jurídica. Normalmente, o próprio código pode ser considerado um género textual, uma vez que é considerado uma prática social institucionalizada com aspectos prototípicos facilmente reconhecíveis e ainda elementos variáveis. Dessa forma, assume, de acordo com a actividade social em que se insere, características específicas sem, contudo, perder o seu aspecto prototípico. Todo código tem um plano textual mais ou menos regular com uma hierarquização de informações, sendo estas itemizadas quer com caracteres numéricos, quer com índices alfabéticos. Ainda, tendo como objectivo principal apresentar regras de conduta, apresenta unidades linguísticas com valor fortemente prescritivo.

Quanto ao segundo texto, temos “a Carta dos Bancos Alimentares” em que são apresentados os quatro eixos principais que norteiam o trabalho dos Bancos Alimentares: o *abastecimento*, o *funcionamento*, a *distribuição* e a *animação*. Na verdade, a etiqueta “carta” aí apresentada subverte aquilo que nós, normalmente, entendemos por carta: género epistolar que estabelece uma comunicação interpessoal, com um plano textual bem definido. Ainda, com marcadores linguísticos de introdução e de fechamento bem característicos.

Vale salientar que temos aqui uma fonte enunciativa “Banco Alimentar” que é marcada textualmente enquanto *actante*, enquanto uma espécie de voz institucional, sendo muitas vezes semiotizada por uma forma genérica com o sintagma nominal no plural “Bancos Alimentares”.

Enquanto *coactantes*, neste texto, temos de um lado a direcção e o Presidente de cada Banco Alimentar e, do outro, voluntários, Bancos Alimentares em geral e dadores. Sendo que, como afirma a carta, cabem aos primeiros fazer cumprir as directivas impostas pela Carta.

### 5.3. Aspectos prescritivos

Quanto ao aspecto prescritivo, os textos processuais são materializados linguisticamente através de um *dispositivo enunciativo e ilocutório* que podem, como já afirmamos, utilizar formas ilocutórias diversas quer mais incitativas (aconselhar, recomendar, sugerir) quer mais impositivas (prescrever, comandar, ordenar). Para esse intuito, as modalizações deonticas são muito utilizadas. Lembremos que os enunciados com valor deontico exprimem juízos através dos quais o enunciador procura agir sobre o seu coenunciador impondo, proibindo ou autorizando a realização da situação representada pelo conteúdo proposicional, num tempo necessariamente posterior ao



tempo de emissão do juízo deôntico. Na modalidade deôntica se pressupõe uma relação hierárquica entre o sujeito enunciador, origem deôntica, e o coenunciador, alvo deôntico (Neves, 2009: 525).

### 5.3.1. Modalizações enquanto marcadores enunciativos

Como veremos é alta a incidência de expressões com valor deôntico, sendo que podem ser materializadas por várias categorias linguísticas como: *verbos modais* “poder” e “dever”; *expressões de conduta*; outros *recursos lexicais* (adjetivos modalizadores, verbos no futuro simples). Ressaltemos que, nos textos, há muitas vezes uma identificação entre fonte e alvo, considerando que, por serem empresas, há regras a serem estabelecidas e seguidas pelas instituições.

#### a. Verbos modais ‘poder’ e ‘dever’

Os modais ‘dever’ e ‘poder’ possuem valores epistêmicos e valores não epistêmicos. Os valores deônticos estão incluídos nos não epistêmicos. Vale lembrar que esses verbos são construídos com valor deôntico estrito, ou seja, indicam que um determinado estado de coisas ‘seja’ ou ‘não seja’, conforme as normas de conduta impostas pelo código de ética da organização. Assim veremos que o verbo ‘dever’ será construído em contexto de ‘seja’ e o ‘poder’ em ‘não seja’. Vejamos os exemplos:

- (1) Os interesses do grupo **devem ser** os únicos a serem tomados em conta em todas as relações com terceiros...
- (2) Sempre que, no exercício da sua actividade, qualquer colaborador tenha de intervir em processos de decisão ou tome conhecimento de processos que de algum modo envolvam interesses pessoais relativamente a si próprio ou a alguém do seu agregado familiar, **deve adoptar** as medidas necessárias para o evitar, ou, não sendo possível, comunicar às respectivas chefias ou ao órgão Social que o elegeu.
- (3) Os colaboradores do Grupo TAP **devem** ao longo da sua vida profissional na Empresa dedicar e melhor do seu empenhamento no cumprimento das tarefas que lhe forem confiadas e procurar sempre aperfeiçoar e actualizar seus conhecimentos.
- (4) Os colaboradores do Grupo TAP **devem guardar** sigilo em relação a todos os factos respeitantes à vida da Empresa...
- (5) Os colaboradores e os membros dos Órgãos Sociais **não podem** concorrer contra as Empresas do Grupo ou usar a sua posição, influência, informação, activos ou recursos para benefício indevido do próprio ou de terceiros.
- (6) Os colaboradores e os membros dos Órgãos Sociais do Grupo TAP **não podem** envolver-se em qualquer actividade que seja contrária ao interesse empresarial do Grupo...
- (7) ...os Bancos Alimentares **não podem** depender do Estado, da Igreja ou dos partidos políticos. **Devem** ser como a água: inodoros, insípidos e transparentes...
- (8) Essas entidades, associações de facto ou declaradas, são autónomas e **não podem** usar o nome Banco Alimentar.

Assinalamos, entretanto, que há nos *corpora* exemplos, em menor escala, do valor modal epistémico de ‘poder’, como em ‘Mas os Bancos Alimentares podem ajudar a reforçar a malha da solidariedade de proximidade suscitando e apoiando a criação de associações a nível local...’, cuja glosa poderia ser ‘tem condições de’.

b. Expressões de conduta

São expressões linguísticas relacionadas ao eixo da conduta de cunho ético ou de voluntariado que marcam *obrigação moral* ou *material* (cf. Neves, 2006: 174). Estão incluídas nos valores da modalidade deontica. A *obrigação moral* é considerada interna, são pressões que advêm da própria consciência. Encontramos esse tipo de expressão no texto dos Bancos Alimentares, em diferentes ocorrências, tais como:

- (9) **lutar contra a exclusão**
- (10) uma **opção de “cidadania”** que vai contribuir para criar mais justiça, mais equidade.
- (11) **postura de gratuidade**
- (12) **restaurar a dignidade** das pessoas carenciadas
- (13) o suscitar de uma **solidariedade activa** e responsável na sociedade

A *obrigação material* se relaciona a condicionamentos externos, à imposição ditada por normas regidas por circunstâncias externas. Há exemplos com maior preponderância no texto da TAP. Vejamos alguns:

- (14) **Serão inaceitáveis** quaisquer comportamentos que infundadamente prejudiquem a reputação de colegas
- (15) **não serão toleradas** intimidações, discriminações, ameaças e assédios morais ou sexuais
- (16) **princípios de correcção**, de identificação e de verdade
- (17) observância dos **direitos de terceiros**
- (18) práticas comerciais que **respeitem a liberdade de escolha** do cliente
- (19) práticas de **concorrência leal**
- (20) parceria **leal** e amigável
- (21) facto que é **moralmente inaceitável**
- (22) respeitando e assumindo os **valores da seriedade e imparcialidade**
- (23) praticar os mais elevados **valores de ética** e integridade pessoal

c. Outros recursos lexicais

Adjectivos:

Encontram-se adjectivos que intensificam o valor deontico perspectivado para o alvo, contextualizando-o no objetivo comunicativo da origem:

- (24) pessoas de **boa** vontade
- (25) entidades **diferentes** e **atípicas**
- (26) donativos **monetários**

- (27) pessoas **carenciadas**
- (28) abastecimento **gratuito**
- (29) medidas **necessárias**
- (31) parceria **leal e amigável**
- (32) **justa** partilha

Verbos no futuro:

Lopes (1972: 246) destaca que o “futuro do indicativo” funciona muitas vezes, na 1<sup>a</sup> ou na 3<sup>a</sup> pessoa, como modo da promessa ou intenção (“Amanhã irei”). Além disso, diz que o exame das suas funções e da sua sintaxe em português e em outras línguas mostra que ele se aproxima muitas vezes do imperativo (“Amanhã farás isso”).

Segundo ainda Lopes, as línguas vivas têm neste domínio numerosos recursos flexionais e lexicais, bastando, quanto ao português, reflectir sobre os contrastes de cláusula condicional (“Se (=porque) penso, existo”; “irei, se ele permitir”; ‘iria, se ele permitisse”), os chamados “advérbios” de dúvida, afirmação, confirmação, os paradigmas semânticos verbais de “ser possível”, ou “poder”, “julgar”, “supor”, etc.

Vejamos exemplos de futuro simples com valor deôntico nos dois textos:

- (33) O direito à reserva da intimidade da vida privada **deverá** ser respeitado em todas as situações.
- (34) A sua actuação **reger-se-á** por princípios de transparência e correcção, baseada numa valorização competitiva centrada no desempenho, no mérito e na qualidade da sua oferta...
- (35) As empresas do Grupo TAP **manterão** uma relação de parceria leal e amigável com os seus fornecedores...
- (36) A gestão das empresas do Grupo TAP **desenvolverá** políticas que garantam...
- (37) É o modo operacional que **será impregnado** desses valores e conduzirá a acção.

## 6. Considerações finais

Aos compararmos os textos processuais em actividades sociais distintas – uma de benemerência e outra empresarial – observamos similitudes no que tange à utilização das modalidades com valor deôntico, no entanto constatamos a existência de várias divergências.

Em relação aos pontos de contacto, percebemos que o emprego dos verbos “poder” e “dever”, ‘com valor modal deôntico, é frequente, nos dois textos, embora, pelos exemplos inventariados, o verbo “dever” pareça-nos mais recorrente no texto da empresa aérea.

Quanto às divergências (relativas ao nível da prescrição da acção), constatamos que no texto do Banco Alimentar é alta a frequência de *expressões de conduta de valor moral* e de adjetivos com valor modal deôntico.

Em contrapartida, no da empresa aérea, são mais frequentes as *expressões de conduta de obrigação material* e o uso do futuro do indicativo é recorrente.

Por este breve (não exaustivo) levantamento das expressões de modalidade deontica, nos dois textos, podemos salientar que o texto processual do Banco Alimentar apresenta um teor *mais prescritivo* e, por outro lado, o da empresa de aviação mostra-se *mais injuntivo*. Lembremos que estes textos, ao nível da *prefiguração*, estão associados a diferentes práticas sociais e são coibidos por aspectos genéricos distintos. O primeiro visa a convencer os dadores a participarem deste projecto de benemerência a partir de um maior conhecimento das regras de funcionamento do Banco Alimentar. Já o da empresa de aviação impõe determinadas regras, indicando as obrigações materiais a que devem adequar-se os colaboradores da instituição e, para tal, o emprego do futuro do indicativo se apresenta como uma forma verbal de excelência.

Convém salientar que este trabalho nos forneceu algumas pistas, restamos, em uma próxima etapa, vermos de que forma as vozes enunciativas (que integram também os *mecanismos de responsabilidade enunciativa*) quando associadas às expressões de modalização deontica podem vir a ajudar a descrever as relações predicativas indirectas que se instauram nos textos processuais analisados. Com isso, teremos pistas ainda mais interessantes para a descrição das questões enunciativas nesses textos.

## Referências

- Adam, Jean-Michel (1987). Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques* 56, Metz, pp. 54-78.
- Adam, Jean-Michel (2001). Types de textes ou genres de discours? Comment classer les textes qui disent de et comment faire?. *Langages*, 141, pp. 10-27.
- Authier-Revuz, Jacqueline (1998). Énonciation, méta-énonciation. Hétérogénéités énonciatives et problématiques du sujet. In. Robert Vion (éd.). *Les sujets et leurs discours. Énonciation et interaction*. Aix-en-Provence: Presses de l'Université de Provence, pp. 63-79.
- Bronckart, Jean-Paul (1999). *Atividade de Linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ.
- Bronckart, Jean-Paul (2004). Le cadre de l'interactionnisme socio-discursif. *Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation* 103, pp. 101-144.
- Bronckart, Jean-Paul (2008). Genres de textes, types de discours, et “degrés” de langue. In. *Texto!* [Em linha], *Dialogues et débats*, vol. XIII, n.º 1, <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86> (Consultado a 10 de Outubro de 2009).
- Bronckart, Jean-Paul & Machado, Anna Rachel (2004). Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: Anna Rachel Machado (org.). *O Ensino como Trabalho – uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, pp. 131-160.

- Bronckart, Jean-Paul & Machado, Anna Rachel (2005). En quoi et comment les “textes prescriptifs” prescrivent-ils? Analyse comparative de documents éducatifs brésiliens et genevois. In: Laurent Filliettaz & Jean-Paul Bronckart (eds.). *L'analyse des actions et des discours en situation de travail. Concepts, méthodes et applications*. Leuven: Peeters Louvain-La Neuve, pp. 155-175.
- Bulea, Ecaterina (2007). Le rôle de l'activité langagière dans les démarches d'analyse des pratiques à visée formative. *Thèse de Doctorat*, Université de Genève.
- Campos, Maria Henriqueta Campos (2004). A Modalidade Apreciativa: Uma Questão Teórica. In: Fátima Oliveira e Isabel Margarida Duarte (orgs.). *Da Língua e do Discurso*, pp. 265-281.
- Culioli, Antoine (1990). *Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys.
- De Saint-Georges, Ingrid (2005). Discours, anticipation et action. Les constructions discursives de l'avenir dans une institution de formation de travail. In: Laurent Filliettaz & Jean-Paul Bronckart (eds.). *L'analyse des actions et des discours en situation de travail. Concepts, méthodes et applications*. Leuven: Peeters Louvain-La Neuve, pp. 201-219.
- Filliettaz, Laurent (2002). *La parole en action. Éléments de pragmatique psychosociale*. Québec: Editions Nota bene.
- Filliettaz, Laurent (2004). Une sémiologie de l'agir au service de l'analyse des textes procéduraux. *Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation* 103, pp. 147-184.
- Filliettaz, Laurent (2005). Discours, travail et polyfocalisation de l'action. In: Laurent Filliettaz & Jean-Paul Bronckart (eds.). *L'analyse des actions et des discours en situation de travail. Concepts, méthodes et applications*. Leuven: Peeters Louvain-La Neuve, pp. 155-175.
- Filliettaz, Laurent (2009). Les Discours de Consignes en Formation Professionnelle Initiale: Une approche linguistique et interactionnelle. In: *Éducation Didactique*, vol. 3 (1), pp. 91-119.
- Le Querler, Nicole (1996). *Typologie des modalités*. Caen: Presses Universitaires de Caen.
- Lopes, Oscar (1972). *Gramática simbólica do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lyons, John (1995). *Linguistic Semantics. An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neves, Maria Helena Moura (2006). *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto.
- Neves, Janete dos Santos Bessa (2009). Aspectos semântico-enunciativos da modalidade no discurso jornalístico. In: Maria das Graças Dias Pereira, Clarissa Bastos & Tânia Pereira (orgs.), *Discursos sócio-culturais em interação. Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, pp. 519-536.

- Pinto, Rosalice (2006). As modalidades linguísticas e os gêneros de texto: que previsibilidade? *Processos Discursivos de Modalização. Actas do III Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: Universidade do Minho, pp. 201-218.
- Vion, Robert (2006). Dimensions énonciative, discursive et dialogique de la modalisation. *Processos Discursivos de Modalização. Actas do III Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: Universidade do Minho, pp. 15-36.